

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Processo n° 040/2023 - PMC
Assunto: Parecer minuta do Edital e Contrato
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde
Parecer n° 090/2023

PARECER JURÍDICO

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório Modalidade Pregão Presencial, para a emissão de parecer sobre a minuta do Edital de Licitação, bem como a minuta do contrato que acompanha o respectivo edital, tendo por objeto desta licitação a CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA GESTÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE CAROLINA para atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme documentos constantes do processo administrativo n° 040/2023.

Em síntese é o relatório.

DO MÉRITO

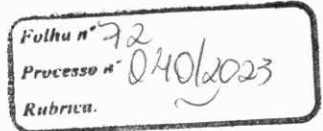
Primeiramente cumpre esclarecer que Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520/2002, cuja a ementa: "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns".

O artigo 1º, Parágrafo único da Lei Federal nº. 10.520/2002, assim preleciona:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Portanto, a modalidade pregão presencial poderá ser utilizada para a CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA GESTÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE CAROLINA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Sendo assim, o art. 38, Parágrafo único da Lei Federal nº. 8.666/1993, assim preleciona:

Art. 38 (...)

Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994). (grifo nosso)

Pois bem, segundo o art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555/2000, o processo licitatório deve ser instruído com **a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato** o que foi atendido no presente caso conforme podemos observar através do processo administrativo 040/2023 - PMC.

Sendo assim, analisando o presente edital a principio, o mesmo por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93.

Desta feita, tenho que o processo licitatório em questão se encontra respaldado em lei. Porem com relação ao objeto da presente licitação imperioso ressaltar que o Tribunal de Contas da União já firmou o entendimento sobre o mesmo, desta forma transcrevo o que acordaram os Ministros do Tribunal de Contas da União, nos termos do AC-352-5/16-P, Acórdão: 352, Processo: 017.783/2014-3, vejamos:

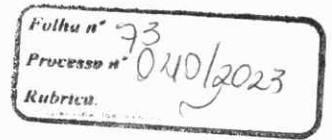
“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Saúde com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que oriente todos os entes federativos a observarem as seguintes diretrizes na celebração de ajustes com entidades privadas visando a prestação de serviços de saúde:

9.1.1. a contratação de entidades para disponibilização de profissionais de saúde deve ser precedida de estudos que demonstrem as suas vantagens em relação à contratação direta pelo ente público, com inclusão de planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos ajustes, além de consulta ao respectivo Conselho de Saúde;

9.1.2. o credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde para atuarem tanto em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, sendo o instrumento adequado a ser usado quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, sendo necessário o desenvolvimento de

2



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

metodologia para a distribuição dos serviços entre os interessados de forma objetiva e impessoal;

9.1.3. devem ser realizados estudos que indiquem qual sistema de remuneração dos serviços prestados é mais adequado para o caso específico do objeto do ajuste a ser celebrado, levando em consideração que a escolha da forma de pagamento por tempo, por procedimentos, por caso, por capitação ou a combinação de diferentes métodos de remuneração possui impacto direto no volume e na qualidade dos serviços prestados à população;

9.1.4. os processos de pagamento das entidades contratadas devem estar suportados por documentos que comprovem que os serviços foram efetivamente prestados – demonstrando o controle da frequência dos profissionais, os procedimentos realizados, os pacientes atendidos – e que garantam que os impostos, taxas e encargos trabalhistas aplicáveis ao caso foram devidamente recolhidos;

9.1.5. não há amparo legal na contratação de mão de obra por entidade interposta mediante a celebração de termos de compromisso com Oscip ou de instrumentos congêneres, tais como convênios, termos de cooperação ou termos de fomento, firmados com entidades sem fins lucrativos". (grifo nosso)

Desta forma, concluímos que para a contratação de Empresa para prestação de serviços de gestão do laboratório não poderá ser através de celebração de convênios com Oscip e que ainda deva atender uma serie de requisitos tais como deva ser precedida de estudos que demonstrem as suas vantagens em relação à contratação direta pelo ente público, com inclusão de planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos ajustes, além de consulta ao respectivo Conselho de Saúde.

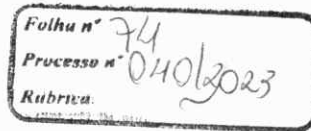
Desta forma, ressalto para que este Município não incorra na ilegalidade, deve ser observado todos os aspectos da contratação em questão.

Destarte, incumbe a Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, NÃO LHE COMPETINDO adentrar a conveniência, oportunidade dos atos praticados e nem nas escolhas de objetos e quantidade dos mesmos no âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde.**

Com relação a escolha da autoridade competente, pelo pregão presencial, cumpre informar a existência do Decreto Municipal nº 15, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, *in verbis*:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da administração pública municipal de Carolina-MA.

3



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

§ 1º Fica decretado a utilização da modalidade de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública municipal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais.

(...)

§ 3º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o **caput**, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Podemos observar que no âmbito do município de Carolina fica decretado a utilização do pregão preferencialmente na forma eletrônica, todavia nada impede a sua realização na forma presencial, **desde que justificada** pela autoridade competente a inviabilidade técnica ou desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, com relação a minuta do edital e minuta do contrato estes se encontram em consonância com os dispositivos da Lei Federal, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade.

Todavia, com relação a escolha do objeto, **RECOMENDASSE** seja adotada todas as orientações acima exposta, tendo em vista ser esse o entendimento do Tribunal de Contas da União.

Com relação a escolha do pregão presencial, este poderá ser realizado sim, desde que seja **justificada** pela autoridade competente a inviabilidade técnica ou desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

E por fim, deve a Comissão observar os prazos para a publicidade do referido edital.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carolina-MA., 19 de junho de 2023.


DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Geral Adjunto do Município
OAB/MA 18.160-A